



Relatório Missão Oficial Internacional

Reunião da Comissão dos Assuntos do Trabalho e do Bem-Estar Social do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (PARLATINO), na Cidade do Panamá.

Processo: 497.041/2019

Período do evento: 05/09/2019 a 06/09/2019

Período do afastamento: 04/09/2019 a 08/09/2019

Destino: Panamá City/PANAMA

No dia 5 de setembro de 2019, participamos da Cerimônia de instalação dos trabalhos das Comissões.

Fui designado para as Comissões de Trabalho, Previdência, Bem-Estar Social e Saúde.

Na Comissão de Trabalho, Previdência e Bem-Estar Social, no primeiro dia, conhecemos o relatório que comprova que mais da metade dos 52 milhões de trabalhadores em áreas rurais da região da América Latina e Caribe estão em estado de vulnerabilidade, caracterizado por salários baixos, poucas proteções sociais e a prevalência da pobreza.

Tivemos acesso às recomendações de políticas públicas, incluindo desenvolvimento produtivo e investimento em educação e treinamento vocacional. Investimento em infraestrutura física, diversificação e desenvolvimento produtivo com uma abordagem territorial, e ações para conectar pequenos produtores rurais em cadeias de suprimento globais.

O documento também pede maior proteção social aos moradores de áreas rurais, incluindo cobertura previdenciária, políticas de salário mínimo, formalização dos contratos de emprego, fortalecimento das





inspeções de trabalho e da promoção de organizações de trabalhadores e empregadores.

Concluimos que é necessário aprimorar a legislação de proteção aos direitos dos trabalhadores rurais.

Na Comissão de Saúde, recebemos informações cedidas pela OPAS/OMS, ONUSIDA, UNICEF e Ministério da Saúde no Brasil, sobre as Arboviroses nos países da América Latina e Caribe.

Além de dados estatísticos, discutimos as melhores soluções para prevenção e diagnóstico. As doenças causadas pelos chamados arbovírus, que incluem o vírus da dengue, Zika vírus, febre chikungunya e febre amarela.

Foram apresentadas boas propostas de enfrentamento, é fundamental debater sobre um modelo mais centrado não apenas no combate ao mosquito, mas colocado em termos mais equilibrados com as questões ambientais e na organização da sociedade, centrado na eliminação de criadouros.

Além das arboviroses, discutimos também a questão das doenças raras. Não é um problema só do Brasil, mas de toda América Latina, é urgente pensar soluções para baratear o custo dos medicamentos para tratamento de doenças raras.

De forma crítica, analisamos aspectos das políticas públicas para medicamentos, com ênfase nos de alto custo dirigidos às doenças raras. As doenças lisossômicas foram utilizadas como exemplo pela sua raridade e pela tendência mundial para o desenvolvimento de novos fármacos para seu tratamento, a despeito das dificuldades de se estabelecer uma política de saúde específica para cada doença rara, é possível o estabelecimento de modelos racionais para lidar com esse crescente desafio.





No dia 06/09/2019, **na Comissão de Trabalho, Previdência e Bem-Estar Social**, fomos agraciados com a palestra do Deputado do Parlamento Uruguaio, Jorge Meroni, sobre a condição das pessoas em situação de vulnerabilidade ocasionada pela dependência química e a Previdência Social.

No Brasil, seis milhões de brasileiros e brasileiras sofrem com a dependência química segundo a Organização Mundial da Saúde, e este dependente químico tem direito ao auxílio doença do INSS, assegurado por lei. A previdência faz algumas exigências que definem quem pode ou não receber o benefício.

Tema muito delicado haja vista que a condição de dependência é um habito repetitivo onde o cidadão não escolhe e acaba impotente. É um peso para Estado, porém as soluções estão sendo construídas e a possibilidade do tratamento, de acordo com a palestra, será significativa desonerar os montantes reservados ao pagamento de auxílio ao dependente químico.

É o relatório.

Brasília, 17 de setembro de 2019.

